

**A SITUAÇÃO LINGUÍSTICA EM ANGOLA:
Valorização Das Línguas Nacionais E Sua Coabitação Pacífica Com A
Língua Portuguesa**

Fidel Jaime Jorge*

Resumo: A época colonial apresentou-se como um período de glotofagia das línguas locais, no sentido em que, a política de dominação visava à aculturação e a imposição da língua portuguesa e o desrespeito e desvalorização das línguas nacionais. Com a independência de Angola, a questão da valorização das línguas nacionais foi iniciada, porém, infelizmente o projecto faliu, por causa da guerra civil. Terminada a guerra e, de acordo a dinâmica da globalização das sociedades modernas, precisamos de retomar o projecto da valorização das línguas nacionais num ambiente de coabitação pacífica com a língua portuguesa.

Palavras-chave: Línguas nacionais, Angola, valorização, coabitação, língua portuguesa.

Abstract: The colonial era presented itself as a period of glottophagy of local languages, in the sense that the policy of domination aimed at the acculturation and imposition of the Portuguese language and the disrespect and devaluation of the national languages. With the independence of Angola, the question of the valorization of the national languages was started, but unfortunately, the project failed, because of the civil war. After the war, and according to the dynamics of the globalization of modern societies, we need to resume the project of valuing the national languages in an atmosphere of peaceful coexistence with the Portuguese language.

Keywords: National languages, Angola, valuation, cohabitation, Portuguese language.

* Mestrando em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade Agostinho Neto (2018)

1. Considerações Iniciais

A discussão sobre a valorização das línguas nacionais em Angola merece uma atenção e tratamento especiais, porque, sabemos que a língua é o principal elemento da cultura e o primeiro instrumento de socialização (Rousseau, 1998), razão pela qual, a sua crise implica conseqüentemente a crise da cultura e da identidade de um povo. Eis a razão da escolha do tema deste artigo, que pretende ser uma possibilidade de reflexão em torno da problemática linguística em Angola.

Após todas as vicissitudes históricas por que o povo angolano passou, muitas foram as conseqüências resultantes destas metamorfoses, e a desvalorização das línguas nacionais foi uma delas, e quiçá a pior de todas. A política colonial conseguiu impor, não apenas a sua língua, mas, mais grave do que isso, inibir os autóctones de falarem as línguas locais, com o pretexto de uma inferioridade cultural. Ao fazê-lo, não apenas criou o sentimento de rejeição, desprezo e desvalorização, das próprias línguas locais, como também da própria identidade cultural, expressa na forma de ser e de estar, na cosmovisão, na espiritualidade e demais dimensões existenciais do povo.

O escopo desta pesquisa é contribuir para uma leitura crítico-filosófica do debate sobre a valorização das línguas nacionais. Não é objectivo deste trabalho aprofundar aspectos da linguística interna, mas compreender de forma geral e externa a situação linguística em Angola. Portanto, deixamos aos especialistas da ciência linguística o que lhes diz respeito.

Hoje, emancipados do jugo colonial e da longa guerra entre irmãos, a preocupação de sabermos quem somos verdadeiramente é de fulcral importância na vida espiritual do país. E não podemos saber quem somos se não nos questionarmos nas nossas próprias línguas, sobre elas mesmas e o seu valor. Eis então a questão que colocamos como ponto arquimediano do nosso artigo:

Como entender a questão da valorização das línguas nacionais num contexto onde a língua portuguesa (língua imposta pelo colonizador) é a oficial?

Pensamos que é possível uma coabitação pacífica entre as línguas nacionais e a língua portuguesa, desde que as elevemos aos mesmo nível de funcionabilidade e operatividade públicas que esta; as políticas linguísticas devem, verdadeiramente promover e divulgar as línguas nacionais em toda a extensão do país e não só, sem menosprezo ou rejeição das outras línguas, em particular da língua portuguesa, pois,

quanto maior for a diversidade linguística maior será a diversidade cultural, afinal, é possível a unidade na diversidade.

O nosso enfoque metodológico centrou-se na pesquisa qualitativa e bibliográfica, consubstanciada numa perspectiva crítica, descritiva e histórica.

Estruturamos o nosso trabalho, partindo de uma caracterização geral das línguas nacionais para maior inelegibilidade da realidade em questão; procedemos a posteriori a uma apresentação da política linguística nos períodos essenciais da história do país, a fim de percebermos o mover mesmo do problema no tempo e no espaço; o último ponto, apresentamos uma reflexão sobre a necessidade da coabitação pacífica e igualitária entre as diversas línguas que fazem parte da cultura angolana, chamando atenção ao perigo que constitui a supervalorização de uma sobre as outras.

Porém, afigura-se necessário confessar que, pesquisar sobre a realidade linguística de um país como Angola é desafiador para qualquer académico, por isso, reconheço de antemão, que as insuficiências deste trabalho é da minha exclusiva e inteira responsabilidade.

2. Caracterização Linguística Em Angola

Do ponto de vista da linguística geográfica, Angola é um país plurilinguístico e multicultural, caracterizado por três grupos linguísticos, nomeadamente: as línguas bantu, as línguas não bantu e a língua Portuguesa. As línguas bantu ocupam maior extensão territorial, sendo distribuídas em Angola em três zonas: as línguas kikongo (noroeste) e Kimbundu (Centro-oeste), reunindo as línguas Cokwe (Nordeste), Luvale (Leste) e Ngangela (Sudeste); associando as línguas Umbundu (Centro-Sudoeste), Oxiwambo (Sudoeste) oxikwanyama e oxidonga), Oxiherero (Sudeste) e Olunyaneka-Nkhumbi (Sud-Centro-Oeste). As línguas não bantu são essencialmente constituídas por línguas khoisan. A Unesco considera-as como uma das línguas em via de extinção. A maior parte dos seus falantes encontra-se localizado noutras regiões de África, devido as guerras que assolaram o país. Os poucos que restaram em Angola, por motivos de sobrevivência e interação, tiveram de adoptar as línguas bantu. (Instituto Internacional da Língua Portuguesa, 2010).

Relativamente a Língua Portuguesa, seria necessário fazermos uma abordagem socio-histórico-linguística para podermos compreender as diversas nuances que ela foi tendo, e o enquadramento linguístico daí resultante.

2.1. Política linguística na era colonial

O Relato bíblico dos Genesis 11, nos ilustra bem a importância da língua como factor de coesão ou incoesão sociais. Os homens, em Babel, queriam construir uma torre tão alta que pudesse atingir os céus e, de certa forma, poder desafiá-Lo. Deus podia, se o quisesse, usar outros meios para impedir tal empreitada, bastava fazer chover fogo ou água e tal ilusão se desmoronaria. Pelo contrário, usou algo ainda mais poderoso: confusão de línguas, e foi o suficiente para o projecto não passar de alguns andares. E hoje, a sociolinguística nos explica exactamente as relações entre as línguas e as comunidades.

Terá sido, em grande parte, uma das fragilidades dos povos angolanos no período colonial: a diversidade linguística e a separação dos povos em Reinos, etnolinguisticamente falando; outro aspecto prende-se com o facto de, a maior parte das línguas africanas terem sido agrafes naquela altura.

O colonialismo usou a política linguística de implementação da língua portuguesa como língua de unidade e a depreciação das linguais locais, como a sua principal arma durante o processo de colonização. Senão vejamos a seguinte explanação:

“Genericamente, a política colonial portuguesa pautou-se pela tentativa de integrar os angolanos na cultura europeia. Para o efeito, o recurso a um dos principais e mais poderosos meios de aculturação – a língua – era a inevitável. Desta forma, estabeleceu-se uma acérrima oposição entre a LP e as línguas locais africanas que, na acepção colonial, devido à sua multiplicidade, constituíam um sério obstáculo à unidade, enquanto o português era a língua da cultura e da tecnologia. O governo colonial não hesitou em impor o uso exclusivo desta língua no ensino, hostilizando as línguas africanas” (Miguel, 2014: 26).

Convém precisar que estas políticas linguísticas não eram meras formalidades, eram decretadas oficialmente, com cunho coercitivo. Que se devia escrupulosamente cumprir.

“Em 1921, o então Alto Governador em Angola, Norton de Matos, emitiu o Decreto nº 77, publicado no Boletim Oficial de Angola, nº50, 1ª série, de 9 de Dezembro de 1921, do qual transcrevemos alguns pontos:

Artigo 1º, ponto 3: É obrigatório em qualquer missão o ensino da língua portuguesa;

Ponto 4: É vedado o ensino de qualquer língua estrangeira;

Artigo 2º: Não é permitido ensinar nas escolas das missões as línguas indígenas;

Artigo 3º: O uso da língua indígena só é permitido em linguagem falada na catequese e, como auxiliar, no período do ensino elementar da língua portuguesa;

Parágrafo 1º: é vedado na catequese das missões, nas escolas e em quaisquer relações com os indígenas o emprego das línguas por escrito ou outra língua que não seja a portuguesa, por meio de folhetos, jornais, folhas avulsas e quaisquer manuscritos;

Parágrafo 2º: Os livros de ensino religiosos não são permitidos noutra língua que não seja a portuguesa, podendo ser acompanhado o texto português de versão paralela em língua indígena; ...” (IILP, 2010: 208)

No nosso ponto de vista, isto significa glotofagiar as línguas locais e conseqüentemente matar a cultura do povo. Os interesses colônias foram tão egoístas e selvagens que não podiam considerar a possibilidade de coabitação linguístico-cultural. O que interessava era fragilizar, saquear, destruir e estender o imperialismo português, exactamente como um câncer maligno que se dissemina mortalmente em toda extensão do corpo. “A ideologia das luzes é canibal na medida em que nega o outro nas suas diferenças para reter apenas o que pode ser seu”. (Jean Biou Apud IILP 2010:208).

Apesar de todas as investidas e agressões simbólicas levadas a cabo pelo colonialismo português, triunfou o bem, a verdade e o bom senso, a tão esperada independência e, portanto, a sobrevivência das línguas locais.

2.2. Política Linguística na era pós-Colonial

Com vista a manter a coesão nacional, o governo angolano adoptou o Português como língua oficial, mais por questões políticas do que culturais. Já o dissemos anteriormente que o plurilinguíssimos acentuado no nosso país levou a que o povo vive-se em reinos isolados e muitas vezes em conflitos entre si. Tendo

os diversos reinos se unido para derrubar um adversário comum, era pois justo, que se gizasse uma política linguística capaz de unir os diversos grupos etnolinguísticos.

Neste viés, a adopção à língua Portuguesa não passava da política viável às circunstâncias. Pois, a possibilidade de escolher uma das línguas locais como a língua de unidade nacional, era muito susceptível de conflitos entre as diversas comunidades linguísticas.

Mas, pensou-se simultaneamente na revalorização das línguas locais e na sua implementação no ensino. Razão pela qual, dizia o primeiro presidente da nação: “... o uso exclusivo da língua portuguesa como língua oficial, veicular e utilizável na nossa literatura, não resolve os nossos problemas. Tanto no ensino primário, como provavelmente no médio será preciso utilizar as nossas línguas” (Miguel, 2014: 29). É aqui que nasce a coabitação do desenvolvimento das línguas nacionais e a língua Portuguesa.

Foi criado, em 1985 O Instituto Nacional de Línguas, cujo escopo se circunscrevia nesta nova política linguística já frisada pelo presidente Neto. Pretendia-se difundir as línguas nacionais em todos os domínios da vida pública. Infelizmente, por vicissitudes históricas, o país foi acometido por uma guerra civil entre irmãos que, não trouxe nenhuma vantagem para a materialização do projecto acima referido, antes pelo contrário, acentuaram-se as divisões étnicas e tribais. Sobretudo, ao nosso entender, um sentimento de desprezo ao que é nacional, a vergonha de termos sido tão ingênuos e não termos sabido tirar proveito da nossa liberdade. Frenamos o desenvolvimento social, econômico, político e cultural do nosso povo, agora com a paz, não basta reconstruir pontes e levantar a economia, temos que pensar a cultura e clarear os conceitos. Retomar a ideia de unidade nacional sob o prisma cultural e linguístico.

3. Valorização e coabitação das línguas nacionais na actualidade

O contacto das línguas nacionais e a língua portuguesa não é de hoje, data do século XV. E quando há intercâmbio entre as línguas é compreensível que surja uma nova língua com amálgama de característica das línguas em contacto. Porém, sabemos que tal não sucedeu em Angola, pelas situações colônias já expostas, tal teria eventualmente acontecido se tal coabitação fosse pacífica e igualitária ou espontânea. Pode-se frisar apenas variantes da língua portuguesa com

características das línguas nacionais, sendo que a língua é dinâmica e modifica-se no tempo e no espaço.

É bastante visível que existem interferências variadas do português nas línguas nacionais e destas no português, os especialistas chamam este fenômeno de polissimização. Quanto as interferências, elas podem ser fonéticas, lexicais, morfossintáticas, ortográficas, etc.

Poderíamos ainda falar do surgimento neo-semântico, ou seja, o processo de angolanização da língua portuguesa que reflectiu-se a nível de significação de palavras. Por exemplo, na língua portuguesa a palavra “pentear” tem o sentido próprio de “arranjar o cabelo” no novo sentido angolano significa “extorquir dinheiro aos cidadãos”; “Gasosa” que significa “refrigerante gaseificado” no novo sentido angolano significa “gorjeta ou suborno”; etc.

Mas se no plano linguístico é isso que acontece, no sociolinguístico acontece outro fenômeno: há uma espécie de conflito e hierarquização na função social das línguas, principalmente quando existem interesses extralinguísticos em jogo.

E podemos dizer que a língua portuguesa em Angola disseminou-se de forma tão extensiva porque depois da colonização, tal como já o dissemos, a guerra civil obrigou a que muitas pessoas do interior do país se refugassem para a cidade e adopta-se o português para sobrevivência, por outro lado, o português era usado como língua na instrução militar.

Porém, estamos num período diferente da história do país. Precisamos compreender os problemas de outra maneira. Hoje, já não é possível acabarmos com o português, ou desvalorizá-lo, ou ainda deixar de usá-lo como língua oficial, temos é que equilibrar a balança.

Ao meu entender, tem-se desvirtuado o debate fulcral sobre a valorização das línguas nacionais. Passa-se a ideia de que se deve valorizar mais as línguas nacionais em detrimento da língua portuguesa. A ideia não deve ser esta. A coabitação pacífica e igualitária afigura-se a mais viável. Angola não é o único país do mundo a ser colonizado, muitos outros países também o foram, até mesmo Portugal.

“Em todas as épocas, nações se mesclaram sem confundir seus idiomas. Para dar-se conta disso, basta lançar um olhar ao mapa da

Europa atual; na Irlanda, fala-se o céltico e o inglês; muitos irlandeses possuem as duas línguas.

Na Bretanha, emprega-se o bretio e o francês; na região basca, utilizam-se o francês ou o espanhol ao mesmo tempo que o basco.

Na Finlândia, o sueco e o finês coexistem há muito tempo; o russo veio juntar-se a eles recentemente; na Curlândia e na Livônia falam-se o lítio, o alemão e o russo; o alemão, importado por colonos chegados, na Idade Média, sob os auspícios da liga hanseática, pertence a uma classe especial da população; o russo foi a seguir importado por via de conquista. A Lituânia viu implantar-se, 'de par com o italiano, o polonês, consequência de sua antiga união com a Polônia, e o russo, resultado da incorporação ao império moscovita. Até o século XVIII, o eslavo e o alemão estavam em uso em toda a região oriental da Alemanha, a partir do Elba. Em certos países, a confusão de línguas é ainda maior; na Macedônia, encontram-se todas as línguas imagináveis: o turco, o búlgaro, o sérvio, o grego, o albanês, o rumeno etc., misturados de diversas maneiras, conforme as regiões” (Saussure, 2006: 224-225)

Não devemos temer as influências externas, devemos ser igualmente capazes de influenciar. Tal como nota e bem, a Professora Doutora Amélia Mingas:

“A modernidade expressa-se pela intercomunicação e pela circulação das ideias e dos bens culturais, e não pode ser travada por fronteiras ou muralhas que pretendam isolar as pessoas e os regimes políticos e sociais, do confronto com outras realidades exteriores. Ela é, e será sempre, mais forte do que as imposições autoritárias de valores ou exclusão impiedosa do exercício das liberdades e dos direitos de cidadania.

A partilha de valores culturais (como a língua, grifo nosso) não deverá ser encarada como limitadora das identidades e a integração num sistema de valores universais partilhados não poderá ser tida como sinal de perda de independência ou de soberania culturais.

Pelo contrário, as identidades e as soberanias culturais serão tanto mais afirmadas, coerentes e sublinhadas quanto mais se dispuserem à tensão dialéctica com outros sistemas de valores, sendo influenciadas mas, igualmente influenciando.” (IILP, 2010:13)

O plurilinguíssimos enriquece a cultura. Pensamos que a questão ainda é dar às línguas nacionais o mesmo nível de funcionabilidade e operatividade que a língua portuguesa tem. A promoção das línguas nacionais não passa de mera conversa, não se dá a importância devida e necessária, não se trabalha com rigor na formação de quadros para o ensino das línguas nacionais, e as instituições vocacionadas para o fazer não estão equipadas, nem motivadas para tal.

Continuamos carregando em nossos subconscientes a mentalidade colonial de desprezo às nossas línguas.

A valorização das línguas nacionais passa pela adoção de medidas, decretos-leis e todos outros mecanismos legais que possam incentivar, até mesmo coagir, nos casos que seja necessário, o uso das línguas nacionais. A mídia, a escola, os serviços públicos, a família, desempenham papéis fundamentais. Temos de ser performativos.

4. Considerações Finais

Tal como dizia o historiador Joseph Ki-Zerbo (2010:6) “não é com os olhos que se mata o búfalo”, precisamos “arregaçar as mangas” e agir, pois o agir segue o ser, tal como pensavam os latinos. A situação das línguas nacionais constitui, tal vimos, problema relativo ao nosso próprio ser, enquanto povo.

A semelhança de muitos outros países, não precisamos desprezar ou desaprender a língua portuguesa para valorizarmos as línguas nacionais, não se pode fugir da nossa própria história, precisamos sim, valorizar as nossas línguas e elevá-las ao mesmo nível da língua portuguesa, com políticas linguísticas capazes de fazer coabitá-las pacificamente, de tal forma que todos se sintam inclusos neste vasto e diverso ambiente linguístico e cultural de Angola

E efectivamente, não basta para tal discursos coerentes, precisamos de medidas e dinâmicas objectivas e legais, que possam dar um cunho pragmático, real e sério às questões acima discutidas. Portanto, é da responsabilidade individual e estatal o comprometimento e o engajamento de buscar uma resposta à questão: quem somos nós?

BIBLIOGRAFIA

INSTITUTO INTERNACIONAL DE LÍNGUA PORTUGUESA, Interpenetração da Língua e Culturas de/em Línguas na CPLP, 2010;

KI-ZERBO, Joseph, História da África Negra, Vol. I; Biblioteca Universitária, Florianópolis, 2010;

MIGUEL, Maria Helena, “Dinâmica da Pronominalização do Português de Luanda”, Mayamba Editoras; Luanda, 2014;

MOREIRA, Adriano; LUIS, Austina; CALDAS, Alexandre et al., A Língua Portuguesa: Presente e Futuro, 2ª Edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2009;

MORIN, Edgar, O Método IV. As ideias: a sua natureza, vida, habitat e organização, Publicações Europa-América, Lisboa, 1991;

ROUSSEAU, Jean-Jacques, Ensaio Sobre A Origem Das Línguas, Editoras UNICAMP, São Paulo, 1988

SAUSSURE, Ferdinand de, Curso de Linguística Geral, Editora Cultix, São Paulo, 2006;